



VI ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO
20 a 22/10/2004
Aracaju, Sergipe

**AGRICULTURA FAMILIAR NO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL:
A COOPERAÇÃO COMO ETRATÉGIA DE RESISTÊNCIA À
PROLETARIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CONSTANTINA**

Everton Lazzaretti Picolotto¹; Vivien Diesel²

¹ Graduado em Ciências Sociais, mestrando no Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural, UFSM. E-mail: evertonpicolotto@mail.ufsm.br. Endereço para correspondência: Bairro Camobi, Campus da UFSM, CEU II, Ap: 3221, CEP:97105-970, Santa Maria – RS.

² Prof. Adjunto do Dep. de Educação Agrícola e Extensão Rural, Centro de Ciências Rurais, UFSM. E-mail: vivien@ccr.ufsm.br. Endereço para correspondência: Bairro Camobi, Campus da UFSM, DAER/CCR, CEP: 97105-900, Santa Maria – RS.

RESUMO

O presente artigo aborda as estratégias coletivas de resistência à proletarização desenvolvidas pelos agricultores familiares do município de Constantina – RS. Trabalha-se com as iniciativas da Cooperativa de Produção Agropecuária Constantina Ltda. (COOPAC), que busca construir alternativas a monocultura da soja através do incentivo principalmente a atividade leiteira e a produção de “orgânicos” para diversificar as unidades familiares de produção buscando viabilizá-las. Destaca-se, também, a vulnerabilidade que encontram-se os menores agricultores (classificados nas tipologias de agricultores familiares *descapitalizados* e *em transição*), sua dependência de subsídios estatais e as políticas públicas de apoio a estes que estão sendo desenvolvidas no município.

Palavras-chave: Agricultura familiar, cooperação solidária, resistência a proletarização em Constantina

INTRODUÇÃO

A agricultura do norte gaúcho era caracterizada, até a década de 1960, pela produção de subsistência, pelo cultivo de trigo e milho e pela criação de suínos. A partir desta década com a introdução da cultura da soja, esta passou gradativamente a constituir-se como o principal produto da agricultura da região e com isso, passou a influenciar a forma que se deu o desenvolvimento das relações capitalistas nesta área de colônias antigas e recentes.

Com a modernização da agricultura poder-se-ia esperar, segundo os clássicos do pensamento marxista, que ocorresse o fenômeno da diferenciação social¹ dos agricultores e com isso se configuraria a polarização deste setor em duas classes: os proletários rurais (trabalhadores assalariados) e os burgueses rurais (capitalistas agrários). Em decorrência, um grande número de agricultores deixariam a atividade, principalmente os menores².

Porém, o que é o interessante – como vários autores tem chamado a atenção (ABRAMOVAY, 1992³) e que também parece ser um fenômeno comum, é a ‘persistência’ de um grande número de agricultores familiares (pequenos agricultores). Assim, a região continua a ser caracterizada, principalmente, pela predominância da agricultura calcada no trabalho familiar⁴.

A persistência da agricultura familiar mesmo em economias capitalistas maduras tem levado a um intenso debate acadêmico. Neste reconheceu-se a importância das políticas públicas mas também das estratégias adaptativas individuais, grupais e coletivas.

Brumer (1994), analisando as estratégias utilizadas pelos agricultores familiares para enfrentar o problema da diminuição do tamanho médio dos estabelecimentos, no município de Ijuí⁵ reconhece a importância das associações familiares, com utilização da terra de forma coletiva; arrendamento ou parceria, principalmente em terras de parentes; intensificação do uso da terra, que é cultivada tanto no inverno como no verão; além, da diversificação da produção, que permite um aporte de recursos mais regular durante o ano, diminuindo os riscos e produzindo gêneros para o autoconsumo; e a mecanização da atividade, quando tiveram acesso a crédito.

Em Constantina, além destas estratégias que Brumer (1994) identifica, pode-se observar a construção de algumas estratégias coletivas de resistência, como: associações de produtores para a formação de agroindústrias; cooperativas de produção para viabilizar atividades de diversificação da produção (leite, amendoim, frutas, cana-de-açúcar, etc.); cooperativa de crédito para facilitar a captação de crédito e subsídios estatais e constituição de terminal de comercialização direta para comercializar os produtos das agroindústrias familiares. Estas iniciativas são apresentadas por alguns autores como Abromovay (2001) e Brose (2000) como “experiências de sucesso”.

O presente artigo trata das formas coletivas de resistência à proletarianização dos agricultores familiares, tomando a Cooperativa de Produção Agropecuária Constantina Ltda. (COOPAC) como a unidade de referência organizativa dos agricultores familiares. Neste contexto, pretende-se investigar os reflexos desta iniciativa sobre o processo de diferenciação social dos agricultores familiares no município. A hipótese que norteou este trabalho foi a de que a cooperativa dos agricultores familiares (COOPAC), através construção de alternativas a monocultura da soja no município de Constantina, restringiu o processo de diferenciação social dos agricultores.

¹ Para Lenin (1982) com o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, este setor passaria pelas mesmas contradições que as formulações marxistas observavam nos outros ramos do capitalismo mais plenamente desenvolvido (indústria e comércio). Ou seja, o campesinato necessariamente deixaria de existir (enquanto conjunto homogêneo) ele “... é inteiramente substituído por novos tipos de população rural, que constituem a base de uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista. Esses novos tipos são a burguesia rural (sobretudo a pequena burguesia) e o proletariado rural – a classe dos produtores de mercadorias na agricultura e a classe dos operários agrícolas assalariados”. (p. 114). Com essa desintegração do campesinato surgiram classes extremas na população rural (burguesia e proletariado) em detrimento dos camponeses “médios”.

² Estes seriam ‘vítimas’ da proletarianização, se tornariam proletários.

³ Principalmente Abramovay, que foi um dos primeiros a levantar esta questão dentro da academia brasileira no princípio da década de 1990 e tem se constituído como um dos principais defensores desta tese.

⁴ Para este trabalho entende-se por agricultura familiar à forma de produção na agricultura onde o agricultor é o detentor dos meios de produção e as condições para sua reprodução social são obtidas através do trabalho, sendo que em sua maior parte é realizado pela família (SCHNEIDER, 1999).

⁵ Município também situado na região norte do Rio Grande do Sul.

Para o desenvolvimento do trabalho, inicialmente buscou-se uma caracterização das iniciativas da COOPAC recorrendo à entrevista semi-estruturada à seu atual presidente e, posteriormente, buscou-se realizar uma análise dos dados oficiais sobre a evolução da estrutura agrária, população rural e da bibliografia existente sobre a agricultura familiar no município. Salientando-se que o trabalho *“Estudo dos Sistemas Agrários de Constantina – RS”* (2002) elaborado pelo DESER⁶ subsidiou este artigo com informações relevantes sobre os sistemas de produção do município.

A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE CONSTANTINA E A FORMAÇÃO DA COOPAC

O município de Constantina, localiza-se na região norte do estado do Rio Grande do Sul, a 365 km da capital do estado. Este território, conhecido no início do século como distrito de Taquaruçú, esteve, ao longo de sua história, sob a jurisdição de diferentes unidades administrativas. No período imediatamente anterior à sua emancipação, o distrito pertencia ao município de Sarandi tendo emancipado-se em 1959. Recentemente, dele se desmembraram os municípios de Engenho Velho e Novo Xingu. A sua área atual é de 278 km².

Segundo o DESER (2002, p. 8), no início do século XIX as terras de mato que compunham esta região eram habitadas por índios guaranis e Kaingangs e por um campesinato caboclo, formado pela miscigenação racial entre portugueses, negros e índios. Porém, a partir de meados do século XIX esta região começou a ser colonizada por migrantes das colônias antigas do Estado. Estes colonos possuíam diferentes origens étnicas, sendo na maioria, descendentes de italianos, alemães e poloneses.

Dessa maneira, era praticada uma agricultura colonial baseada no corte e queimada da mata e tinha-se como culturas principais o milho, o feijão preto, a abóbora, a mandioca e tabaco, além da banha de porco (DESER, 2002, p. 8).

Essa agricultura encontrou limites no esgotamento dos solos, que começou impor dificuldade na reprodução dos colonos a partir de meados do século XX⁷. Aliado a isso, com a expansão das culturas de trigo e de soja a partir da década de 1960 (financiadas pelo regime militar) os colonos começaram a diferenciar-se: por um lado, formou-se um segmento de agricultores capitalizados que beneficiaram-se da modernização da agricultura⁸; por outro, um grande contingente de colonos, excluídos destas políticas de apoio, passam a enfrentar cada vez mais dificuldades de reprodução social.

No entanto, deve-se destacar ainda que com o fim do subsídio à cultura do trigo, a estagnação do preço da soja a nível internacional e alterações ao nível políticas governamentais este modelo entrou em crise a partir dos anos 1980. A reação dos agricultores, principalmente os menos capitalizados – representados neste trabalho pelos agricultores familiares de menor área, é expressa politicamente e através da organização da produção como alternativas.

Neste contexto surge a Cooperativa de Produção Agropecuária Constantina Ltda (COOPAC), fundada no ano de 1991, como resultado da mobilização dos agricultores familiares do município, que realizam um seminário para discussão das condições da atividade agrícola e pecuária. Este seminário foi organizado pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR), contou com a participação de cerca de 400 pessoas e constituiu-se num espaço de questionamento dos rumos

⁶ O DESER (Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais) fez em 2002 um estudo sobre os Sistemas de Produção de Constantina. Este estudo foi encomendado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário.

⁷ Brumer (1994, p. 91) também identifica limitações impostas pelo esgotamento do solo nestas colônias.

⁸ Segundo Brumer (1994, p. 94) as cooperativas fundadas em torno da produção de trigo e soja “promoveram a articulação entre os produtores e o capital financeiro, e, atuando conforme as leis fundamentais do modo de produção capitalista”, elas tornaram viáveis os estabelecimentos com potencial para estas culturas.

que estava tomando a atividade agropecuária no município e de formulação de alternativas (como a fundação de uma cooperativa que trabalhasse com desenvolvimento sustentável e o cooperativismo solidário).

O elemento principal que motivou um grupo de agricultores a fundar uma nova cooperativa, alternativa a grande cooperativa tradicional (COTRISAL)⁹, foi segundo Adir Lazzaretti¹⁰, a imposição, por parte daquela, de uma cota mínima de 50 litros a cada dois dias por produtor, para continuar recolhendo leite. Os produtores do município neste ano (1991) eram 150. Então, segundo Lazzaretti *“... se tira de encaminhamento de se construir um Posto de Recebimento de Leite e se começa a fazer trabalho a campo, sobre adubação verde, pastagens, vaca de leite, criação correta da terneira”*.

Em 1993, concluiu-se a construção do Posto de Recebimento de Leite e a Cooperativa começou a operar com 300 produtores de leite o que, segundo Lazzaretti, se deveu ao fato de a COOPAC ter procurado incluir todos os produtores de leite que existiam no município. Como atesta ele próprio: *“... aqueles que produziam cinco, dez litros, também entregaram e a COOPAC recebeu”*. E isso fez com que número de produtores saltasse de 150 para mais de 300 que passaram a entregar leite para a COOPAC.

A partir desta experiência inicial da produção leiteira a COOPAC estruturou-se e pode proporcionar outras alternativas para a agricultura familiar do município. Em 1998 deu-se início a um programa pioneiro de produção de “soja orgânica” com 28 produtores, em uma área de 53 hectares. Em 1999 ampliou-se a iniciativa para 165 produtores (de Constantina e outros municípios vizinhos), tendo-se alcançado uma área plantada de 450 hectares. A maior parte desta “soja orgânica” foi certificada pelo IBD (Instituto Biodinâmico de São Paulo) e exportada para a Europa e a Ásia a um preço de US\$ 15,00 por saca, enquanto que o preço da soja convencional era de US\$ 9,60 por saca (BROSE, 2000, p. 198). Porém, segundo Lazzaretti, a partir do ano de 2000, começou-se a ter problemas na produção da “soja orgânica” devido a dificuldades de mercado, a introdução dos transgênicos no município, que passaram a competir com os “orgânicos” em rentabilidade e contaminaram algumas áreas de cultivo orgânico.

Além destas ações no fortalecimento dos produtores da atividade leiteira e a introdução da produção da “soja orgânica” no município, a COOPAC, segundo Brose (2000, p.199), passou a incentivar a produção e viabilizar a comercialização do “trigo agroecológico”, amendoim, sementes de milho, açúcar mascavo, feijão, conservas artesanais e promover *“... a reintrodução de parreiras nas propriedades, que nos anos 70 e 80 haviam sido arrancadas para dar lugar à soja”*.

Dessa maneira, segundo Abramovay (2001), com as experiências iniciais de valorização da produção leiteira e principalmente dos produtores de leite, a COOPAC passou a contribuir consideravelmente com dinamização da economia leiteira do município, visto que de 300 produtores em 1993, os produtores de leite do município saltaram para mais 600, em 2001 e a produção de leite passou de 1.500 litros diários, em 1993, para 35 mil litros/dia em 2001 (ABRAMOVAY, 2001, p. 02). Além do aumento do volume produzido, segundo Abramovay (2001, p.02), *“o preço ao produtor aumentou, já que os grandes grupos privados e as cooperativas tradicionais da região encontraram um concorrente voltado explicitamente a elevar a renda do produtor”*. Além disto, ainda salienta a inovadora experiência de exploração do nicho de mercado da “soja orgânica”, que

⁹ O município de Constantina situa-se em área de atuação da Cooperativa Triticola Sarandi Ltda (COTRISAL). Que pode ser caracterizada como uma cooperativa de atuação tradicional, que privilegia a produção em larga escala, produção de *commodities*, entre outras características que Schneider (1984) e Busanello et al. (1984) as atribuem. E de acordo com Brum (1988), ela se caracterizaria como uma das cooperativas de trigo e soja do planalto gaúcho que *“... foram um dos frutos do processo de modernização conservadora da agricultura na região e se tornaram um dos principais instrumentos para o avanço e expansão do processo modernizador voltado para a agricultura empresarial...”*. (p. 15).

¹⁰ Adir Lazzaretti foi membro fundador e é atualmente o presidente da COOPAC. Ou seja, acompanhou toda a trajetória da cooperativa. Nos forneceu uma entrevista no dia 05 de julho de 2004.

tem gerado trabalho e renda para um número significativo de agricultores familiares do município e da região.

Atualmente a COOPAC está construindo uma indústria de processamento de laticínios em Constantina, com o objetivo de concretizar a aspiração de deter controle sobre todo o processo produtivo, de transformação e de comercialização da produção da agricultura familiar que congrega.

A COOPAC E O NOVO SENTIDO DO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO

Para podermos analisar o sentido¹¹ das iniciativas da COOPAC e as influências que estas tiveram no fortalecimento da agricultura familiar, fez-se uso das informações oficiais disponíveis, sobre: a estrutura agrária e o êxodo rural.

A Estrutura Agrária e o Êxodo Rural

Nas Tabelas 1 e 2 apresentam-se os dados da evolução da divisão da propriedade da terra em número e área dos estabelecimentos no município.

Tabela 1- Evolução da divisão da terra em número de estabelecimentos, no município de Constantina

Ano\ Há	< 1	1 a 2	2 a 5	5 a 10	10 a 20	20 a 50	50 a 100	100 a 200	TOTAL
1975	57	45	229	549	929	534	47	3	2393
1980	42	54	217	704	988	483	45	2	2535
1996	13	23	142	431	768	437	43	3	1.860

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de 1975, 1980 e 1995/96

Nota: ao ano de 1996 adicionou-se os dados do número de estabelecimentos do município de Engenho Velho, emancipado de Constantina em 1992.

¹¹ Para Caio Prado Júnior (1996) a evolução de um povo tem sempre um "sentido", no entanto este não pode ser percebido nos pormenores de sua história, mas sim no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que constituem um longo período de tempo. É formada uma linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa, e dirigida sempre numa determinada direção. Para descobrir este "sentido", Prado Jr., busca em nossas raízes coloniais os elementos formadores da sociedade brasileira. Dessa mesma maneira, buscamos nas iniciativas da COOPAC – tentativa de fortalecimento da agricultura familiar e promoção do desenvolvimento do município e da região - o seu sentido.

Tabela 2 - Área dos estabelecimentos por grupos de área total, no município de Constantina

Ano\ Há	< 1	1 a 2	2 a 5	5 a 10	10 a 20	20 a 50	50 a 100	100 a 200	TOTAL
1975	18,00	60,00	705,00	3.668,00	12.412,00	15.183,00	2.877,00	476,00	35.399,00
%	0,05	0,17	1,99	10,36	35,06	42,89	8,13	1,34	100
1980	16,00	68,00	686,00	4.794,00	13.102,00	13.350,00	2.688,00	255,00	34.959,00
%	0,05	0,19	1,96	13,71	37,48	38,19	7,69	0,73	100
1996	07,64	40,79	544,74	3.460,19	11.285,20	12.792,43	2.765,11	467,00	31.363,10
%	0,02	0,13	1,74	11,03	35,98	40,79	8,82	1,49	100

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de 1975, 1980 e 1995/96

Nota: ao ano de 1996 adicionou-se os dados da área dos estabelecimentos do município de Engenho Velho, emancipado de Constantina em 1992.

Os dados sobre a evolução do número de estabelecimentos da Tabela 1 apontam para duas dinâmicas temporais de sentidos contrários: um aumento no número total de estabelecimentos de 1975 à 1980 e uma redução destes de 1980 à 1996. Ou seja, a nível geral, enquanto ocorreu um aumento de 142 propriedades de 1975 para 1980, por outro lado, desenhou-se uma redução de 675 estabelecimentos de 1980 para 1996.

Os dados mostram, também, uma estrutura agrária constituída de uma proporção considerável de minifúndios¹² e uma redução significativa no número de estabelecimentos e na área total ocupada entre 1975 e 1996.

Quanto aos estabelecimentos de 10 a 50 ha, observa-se uma tendência a redução do número de estabelecimentos com estabilização na participação na área total. Ou seja, em 1975 abrangiam 77,95% da área do município, em 1980, 75,67 % e em 1996 representavam 76,77% da área total de Constantina.

O que isso representa? Levanta-se a hipótese de que ocorreu uma concentração da posse da terra dentro deste estrato (10 a 50 ha) de área. Ele respondia em 1980 por aproximadamente 76% da área do município e em 1996 mantém cerca de 77%, mesmo que tenha perdido 266 estabelecimentos (passou de 1471 em 1980, para 1205 em 1996).

Qual o sentido que os dados apontam? Inicialmente, destaca-se um processo de expropriação de uma grande parte das unidades de produção que configuram minifúndios. Por outro lado, evidencia-se que ocorre em Constantina um fortalecimento dos “agricultores médios”¹³.

¹² Considerando que um Módulo Rural na região de Constantina corresponde a cerca de 17 ha, 32,74% dos estabelecimentos do município tem menos de 10 ha. E mais os estabelecimentos que possuem menos de um módulo e estão classificados no estrato de 10 a 20 ha (Censo Agropecuário de 1995/96).

¹³ Segundo Wilkinson (1986) se ocorre o fortalecimento de setores “médios” dos agricultores desconfirma-se a tese da diferenciação social de Lenin, a qual defende a tendência de polarização em duas classes de agricultores: os proletários rurais (trabalhadores assalariados) e os burgueses rurais (capitalistas agrários), na medida em que o capitalismo desenvolve-se no campo.

Dinâmica Populacional

A Tabela 3 apresenta os dados de evolução da população do município de Constantina.

Tabela 3: População residente no município de Constantina, segundo local de residência.

População	1970	%	1980	%	1991	%	1996	%	2000	%
Urbana	1.437	9,26	3.631	21,32	4.991	33,13	5.576	39,58	6.259	45,35
Rural	14.084	90,74	13.403	78,68	10.072	66,87	8.511	60,42	7.542	54,65
Total	15.521	100	17.034	100	15.063	100	14.087	100	13.801	100

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Nota: aos anos de 1996 e 2000 incorporou-se a população do município de Engenho Velho, emancipado de Constantina em 1992.

Os dados da evolução histórica do local de residência da população evidenciam que a população do território de Constantina tem diminuído gradativamente desde 1980. E que a proporção da população residente no meio rural diminuiu desde o ano de 1970. Assim, do ano de 1970 até 2000 a população de Constantina passou de 90,74% para 54,65%, residindo no meio rural. Ou seja, a população rural diminuiu 36,09% em 30 anos.

Houve simultaneamente uma diminuição do número de estabelecimentos (Tabela 1) e perda de população do município (Tabela 3). Ou seja, na medida em que o número de estabelecimentos diminuiu, a população também começa a reduzir-se e a diminuir a proporção da população que reside no meio rural. Porém, deve-se observar que apesar desta tendência de diminuição crescente e continuada da população rural, ela, em 2000, ainda representava aproximadamente 55% da população de Constantina. Número bastante expressivo, se compararmos com o índice de 18,35% da população do Rio Grande do Sul, domiciliada no meio rural (Censo Demográfico 2000 - IBGE).

A COOPAC E A CONSOLIDAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

De acordo com o DESER (2002) citando dados do Censo Agropecuário de 1995/96 os produtores familiares de Constantina possuíam 98,9% da área total do município e a agricultura patronal apenas 1,1%. Sendo, que a agricultura familiar também era responsável por 92,2% do valor bruto da produção (VBP¹⁴) municipal. Entretanto, sob esta designação genérica agregam-se grupos com características estruturais e possibilidades de reprodução econômica diferenciada, como evidenciam estudos do DESER baseados em metodologia da FAO.

No “*Estudo de Sistemas Agrários em Constantina – RS*” elaborado pelo DESER (2002) são identificados três tipos de agricultores familiares em Constantina:

I. os *agricultores familiares capitalizados*, que situam-se acima do nível da reprodução ampliada, possuem área média de 24,34 hectares e respondem por 12,4% dos estabelecimentos agropecuários;

¹⁴ Terminologia utilizada pelo Censo Agropecuário 1995/96 e que significa Valor Bruto da Produção.

II. os *agricultores familiares em transição*, que estão entre o limite de reprodução simples e ampliada, possuem área média de 18,38 hectares e são 51,5% dos estabelecimentos do município que podem ser incluídos nesse grupo;

III. os *agricultores familiares descapitalizados*, que encontram-se abaixo da linha de pobreza (reprodução simples), têm área média de 11,39 hectares e respondem por 35,3% dos estabelecimentos agropecuários de Constantina.

A Figura 1 mostra a distribuição percentual das tipologias de agricultores constantinenses.

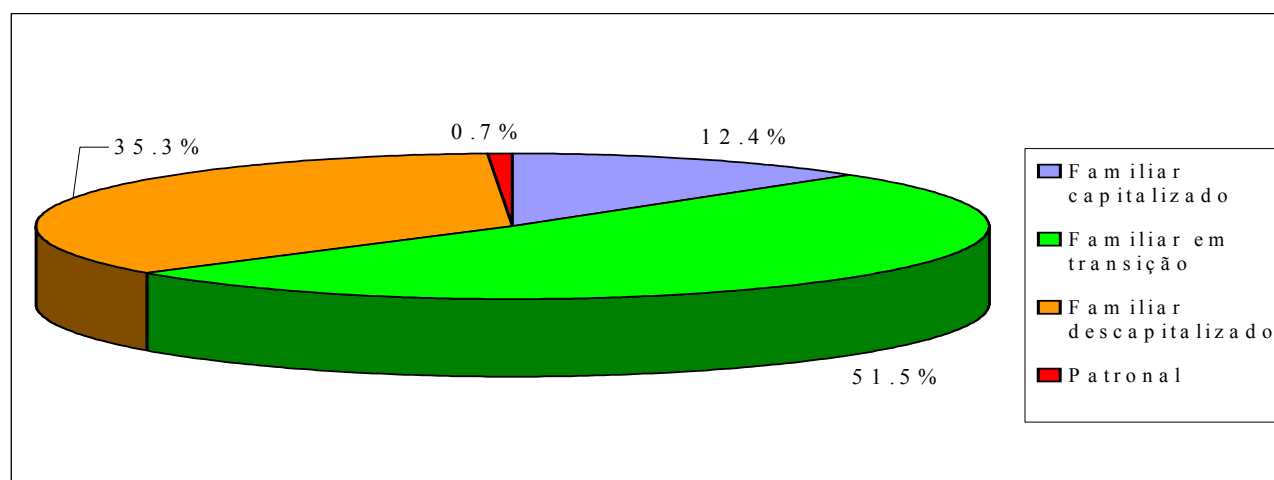


Figura 1: Tipos de Agricultores de Constantina, RS¹⁵.

Para o convênio INCRA/FAO somente os agricultores que conseguem a reprodução ampliada¹⁶ conseguem reproduzir-se enquanto agricultor, no entanto, ao nível da reprodução simples os agricultores conseguem garantir condições básicas para a subsistência. Dessa maneira, segundo o DESER (2002), os agricultores de Constantina que situam-se a cima do patamar da reprodução ampliada são os enquadrados nos tipos capitalizados e uma parcela dos que estão em transição. Os que situam-se ao nível da reprodução simples são a parcela restante dos agricultores familiares em transição. E os que compõem o terceiro tipo (descapitalizados) encontram abaixo da reprodução simples. Ou seja, os agricultores familiares que encontram-se acima da reprodução simples tem possibilidades de persistirem na atividade, enquanto os que encontram-se abaixo ou deixaram a atividade ou buscam em outras atividades renda complementar para sua sobrevivência.

O estudo das séries históricas relativas a estrutura agrária e da dinâmica populacional, abordados acima, permitem distinguir melhor as tendências gerais de diferenciação observadas no município.

¹⁵ Fonte: Censo Agropecuário 1995/1996, dados citados por DESER (2002).

¹⁶ Por **Reprodução Ampliada**, é considerada a situação onde o agricultor mantém uma boa qualidade de vida, podendo se reproduzir como agricultor. O agricultor tem condições econômicas de garantir a seus filhos a manutenção como agricultores (comprando mais terra ou garantindo investimentos que os absorvam no próprio estabelecimento), ou dar condições para que estudem e/ou ainda, busquem outras opções de trabalho no meio urbano. E por **Reprodução Simples**, se entende como a condição econômica onde o agricultor consegue uma renda mínima, garantindo a alimentação e moradia para sua família, mas não consegue se reproduzir como agricultor. O estabelecimento não proporciona renda suficiente para compra de outras áreas e/ou para novos investimentos que absorvam a mão-de-obra dos filhos, ou ainda, garantia de educação/profissionalização dos filhos. Os agricultores que se situam abaixo do nível de Reprodução Simples, não conseguem nem garantir a alimentação e a moradia para a sua família (DESER, 2002).

Inicialmente fica evidente que de 1980 à 1996 observa-se uma dinâmica geral de diminuição do número de estabelecimentos (concentração da terra) e de pessoas residentes no meio rural, seguindo previsões convencionais do desenvolvimento rural. Essa situação configura-se como êxodo rural que dentro da produção sociológica que analisa a “modernização conservadora” da agricultura brasileira, é atribuído ao progresso tecnológico deste setor. Ou seja, descreve-se que a agricultura brasileira entrou, principalmente a partir da década de 1970, num processo intenso de especialização das atividades trazido pelo avanço das relações capitalistas de produção no campo e objetivando aumentar a produtividade do trabalho, tendo, por consequência, um aumento na taxa de mais-valia.¹⁷

Uma análise mais apurada revela que as unidades menores (menos de 5 ha) perdem participação relativa na área em favor das unidades maiores (mais de 50 ha) entretanto a participação relativa do estrato de 10-50 ha mantém-se.

As dificuldades de reprodução dos menores estratos (principalmente menos de 5 ha) podem ser atribuídas a diversos fatores. Por um lado, não tem escala suficiente para viabilizar os principais sistemas de produção do município, por outro, as oportunidades de trabalho (prestação de serviços fora da unidade de produção, que se constitui como base das estratégias destes sistemas de produção¹⁸) restringem-se devido os avanços tecnológicos, assim, precisou-se de menos gente no campo, a produção agropecuária pode tornar-se mais barata para o capital, levando, por consequência, os agricultores familiares – que já trabalhavam com margem de lucro reduzida – a não conseguirem mais se reproduzir enquanto força produtiva. As dificuldades econômicas vivenciadas por estes grupos traduzem-se nos indicadores de renda dos agricultores com rendas baixas ou quase sem renda¹⁹, os quais representam 83,62% dos estabelecimentos familiares deste estrato (menos de 5 ha). Ou seja, este conjunto de unidades de produção, encontra-se abaixo do patamar da reprodução simples²⁰.

A consolidação relativa do estrato de 10-50 ha pode ser interpretada com referência ao trabalho organizativo de apoio a diversificação da produção (especialmente a produção leiteira) uma vez que, conforme DESER (2002, p.16) “Os sistemas mais diversificados tendem a obter rendas mais altas.” A atividade leiteira foi desde a formação da COOPAC a principal atividade incentivada para que os agricultores familiares diversificassem a produção e melhorarem suas condições de vida. Pois, como expressa-se Lazzaretti “*O leite serve para o agricultor familiar ter uma renda todo mês ... o leite é o salário do agricultor*”. Se compara-se ao estudo do caso da CLAF (Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar) do sudoeste do Paraná, de Ferraz (2002), percebe-se que tanto o sudoeste do Paraná, quanto o município de Constantina - como grande parte da metade norte do Rio Grande do Sul - conjugam-se três fatores que são favoráveis ao desenvolvimento de cooperativas baseadas na agricultura familiar e que trabalhem prioritariamente com a atividade leiteira. Como escreve Ferraz sobre a experiência da CLAF:

As concepções e os objetivos da CLAF vieram de encontro com três pontos principais: a realidade e o potencial leiteiro da região Sudoeste do Paraná, o histórico organizativo da mesma e a falta de um projeto de desenvolvimento que contemplasse a ansiedade dos produtores familiares na diversificação do

¹⁷ E, isso tudo significa, segundo Graziano da Silva, “fazer cada pessoa ocupada no setor agrícola produzir mais, o que só se consegue aumentando a jornada e o ritmo de trabalho das pessoas, e intensificando a produção agropecuária. E para conseguir isso o sistema capitalista lança mão dos produtos de sua indústria: adubos, máquinas, defensivos, etc”. (1998, p. 13-14).

¹⁸ Segundo DESER (2002) estes agricultores enquadram-se em sua maioria na tipologia *descapitalizados* e portanto, necessitam de rendas complementares.

¹⁹ Relacionados pelo DESER (2002, p. 13), como os estratos de agricultores com renda abaixo do patamar da reprodução simples. Estes dados tem embasamento nas infamações produzidas pelo Convênio INCRA/FAO (2000).

²⁰ Deve-se ressaltar, que o DESER (2002, p. 13) acrescenta a estas informações que a renda familiar de alguns destes estabelecimentos (rendas baixas ou quase sem renda) deve ser superior devido às atividades não-agrícolas, não computadas.

sistema milho/soja. Dessa forma, a idéia de uma agricultura regional caracterizada por uma especialização flexível, ou seja, que exerça diversas atividades, que possibilite a viabilização não só da atividade leiteira, mas da própria manutenção da agricultura familiar no campo, vem de encontro com os objetivos da CLAF.(p. 76)

Assim, segundo DESER (2002), atualmente o leite é um componente dos seguintes principais sistemas de produção do município: *soja/leite*, *soja/milho/leite*, *soja/trigo/suínos/leite* (agricultores familiares capitalizados); *soja/leite* (agricultores familiares em transição); *soja/leite* + *autoconsumo* (agricultores familiares descapitalizados). Ou seja, o leite faz parte de cinco dos sete sistemas de produção que o DESER identificou, só não aparecendo como atividade principal nos sistemas: *milho/soja* (agricultores familiares em transição) e *soja/cana-de-açúcar* + *autoconsumo* (agricultores familiares descapitalizados).

Deve-se reconhecer, também, que a viabilidade dos agricultores familiares se dá pelo acesso a crédito e aos benefícios previdenciários. Com relação ao acesso ao crédito deve-se destacar que em 1998 fundou-se em Constantina uma Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL) a qual, segundo Kuhn (2004), contava em 2002 com um quadro social de 1.420 associados. Sendo que salienta: *“Desses agricultores, 70% não tinha acesso a bancos ou à conta bancária, dessa forma, sem acesso aos recursos do Pronaf. O Sistema Cresol surgiu na tentativa de operacionalizar o acesso destes agricultores a esses recursos”* (KUHN, 2004, p. 83-84). Sendo, que a importância da fundação desta CRESOL para o fortalecimento da agricultura familiar, também é ressaltada por Abramovay (2001), o que possibilitou, segundo ele, que Constantina se torna-se um dos município gaúchos com maior acesso ao Pronaf.

Com relação ao crédito que os agricultores familiares de Constantina tem acesso deve-se destacar alguns pontos. Em 2002²¹, segundo Kuhn (2004) em Constantina, o Pronaf C atendeu, 1.066 agricultores. Sendo, 949 contratos de Pronaf C – Custeio e 272 contratos referentes a projetos aprovados de Pronaf C – Investimento.

Os principais destinos indicados para os recursos do Pronaf C – Investimento – nos projetos foram: 62 para aquisição de matrizes leiteiras; 42 produção de subsistência; 36 produção agroecológica; 34 produção leiteira; entre outras, como demonstra a Tabela 5.

Tabela 5 - Finalidade indicada para a utilização de recursos nos projeto de Pronaf C – Investimento

Finalidade	Nº Projetos	Finalidade	Nº Projetos
Aquisição de adubo orgânico	4	Aquisição de implemento agrícola	11
Aquisição de máquina agrícola	6	Aquisição de matriz leiteira	62
Aquisição de ordenhadeira	5	Aquisição de resfriador de leite	3
Construção de instalações	6	Correção do solo (calcário)	10
Implantação de parreiral	3	Implantação de pomar de cítricos	4
Produção agroecológica	36	Produção de subsistência	42
Produção leiteira	34	Reforma de chiqueiro	2
Reforma de açude	9	Reforma de galpão	3
Reforma de máquinas agrícolas	8	Reforma nas instalações	8
Reforma no estábulo	3	Semente de adubação verde	4

Fonte: Adaptado de Kuhn (2004. p. 69)

²¹ Refere-se a safra de 2002/2003.

Os dados da Tabela 5 demonstram que a atividade leiteira é a atividade em que os agricultores familiares do município mais investem recursos do Pronaf C – Investimento (2002). Ou seja, dos 272 projetos de Pronaf C – Investimento, 107 deles estão diretamente relacionados a atividade leiteira.

Outra constatação importante a se fazer sobre estes dados sobre o acesso ao Pronaf, é que 74,18%²² dos agricultores do município de Constantina foram beneficiados pelo Pronaf C em 2002.

Porém, o que este grande acesso aos Pronaf C representa? É o Pronaf C que está viabilizando as unidades de produção que não conseguem renda agropecuária suficiente para a reprodução simples? Em primeiro lugar deve-se atentar para os critérios da liberação do Pronaf C.

Segundo o documento “*Manual de Crédito Rural – 10*” (PRONAF, 2001), os beneficiários do Grupo Pronaf C são os agricultores familiares e trabalhadores rurais que: I - explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária; II - residam na propriedade ou em local próximo; III - não disponham de título de área superior a quatro módulos fiscais; IV - obtenham, no mínimo, 80% da renda familiar na exploração agropecuária ou não agropecuária do estabelecimento; V - tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando apenas eventualmente o trabalho assalariado; VI - obtenham renda bruta anual familiar acima de R\$1.500,00 e até R\$10.000,00, excluídos os proventos vinculados a benefícios previdenciários decorrentes de atividades rurais.

Atentando para estes critérios e acrescentando-se o fato de existir em Constantina uma unidade da CRESOL com 1.420 sócios (que conforme chamou-se atenção a cima, tem objetivo de facilitar o acesso a crédito aos agricultores familiares), pode-se perceber que a grande maioria dos agricultores de Constantina pode ter acesso aos recursos do Pronaf C. Ou seja, pode-se deduzir com isso que os estratos de agricultores com renda mais baixa (renda baixa ou quase sem renda) não exitam em acessar Pronaf C, pois é um recurso subsidiado. Podendo-se, com isso, supor²³ que o Pronaf C contribui consideravelmente na viabilização de reprodução dos estratos de renda mais baixos (referidos anteriormente).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme diversos estudos a modernização da agricultura tende a reforçar a concentração de terra. No caso de Constantina, onde existe uma consistente institucionalização de defesa dos agricultores familiares (STR, COOPAC, CRESOL) e iniciativas de incentivo a ‘resistência’ e de fortalecimento das unidades familiares de produção, ocorre uma pequena transferência de área do estrato de menos de 5 ha para o estrato de mais de 50 ha e uma tendência à concentração dentro do setor que possui entre 10 e 50 ha.

O segmento que mostra-se mais vulnerável é aquele que tem menos de 5 ha. As possibilidades de reprodução dos agricultores familiares classificados como *de transição* e *descapitalizados* na atividade agrícola estão condicionadas ao acesso a crédito subsidiado para investimentos e a políticas públicas de apoio. Não havendo estas medidas concorda-se com a tendência traçada pelo DESER (2002, p. 24) “...tudo indica que os filhos dos atuais moradores pobres, ... tenderão a sair do campo ou até mesmo permanecer nessas condições, perpetuando o

²² Segundo o último Censo Agropecuário (1995/96) Constantina contava com 1437 estabelecimentos, destes em 2002, 1066 acessaram o Pronaf C. Isso equivale a 74,18%.

²³ Supõe-se pelos dados apresentados que o crédito, os demais benefícios previdenciários e as políticas públicas de apoio contribuem decisivamente na reprodução das unidades de produção menos capitalizadas, porém são necessários mais estudos para averiguar-se melhor esta questão.

processo de exclusão social a que estas famílias vem sofrendo em toda a sua história". Entre as atividades produtivas que podem viabilizar este segmento, destaca aquelas que possibilitem gerar maior valor agregado (agroindústrias, frutos, "orgânicos", etc.), para que possam capitalizar-se e alcançar um nível de reprodução econômica e social mais elevado. Atualmente, estão desenvolvendo-se em Constantina várias iniciativas²⁴ que poderão permitir a viabilização de algumas famílias de agricultores que enquadram-se nas tipologias "em transição" e "descapitalizados", tais como: formação de agroindústrias gerenciadas por associações de agricultores²⁵; a formação de uma cooperativa das agroindústrias para viabilizar a comercialização; a instalação de um terminal de comercialização direta; o programa de "produtos orgânicos" (soja, trigo, amendoim, cebola, etc.) que agrega valor à produção e também está se construindo uma indústria de laticínios da COOPAC, que poderá possibilitar maior retorno financeiro para os produtores.

No segmento de 10-50 ha destaca-se a importância do subsistema leite para a reprodução dos agricultores familiares. A estratégia de fortalecimento da atividade leiteira foi a que melhor adaptou-se ao objetivo da COOPAC de promover a diversificação das unidades familiares de produção e a ocupação da força de trabalho das famílias. Ou seja, em síntese, a Cooperativa (enquanto organização coletiva) vem contribuindo decisivamente nas possibilidades de reprodução da agricultura familiar no município, através da viabilização da diversificação das unidades familiares de produção.

A conclusão deste trabalho é que as estratégias coletivas de resistência a proletarianização desenvolvidas pelos agricultores familiares de Constantina, têm viabilizado um grupo expressivo de unidades de produção, principalmente, as que conseguiram diversificar a produção e ter acesso a crédito e políticas de apoio estatal. No entanto, pelos dados apresentados, um grupo de agricultores, menos beneficiados por estas iniciativas das organizações de resistência e pelas políticas de apoio, continua sujeito aos processos de exclusão. Ou seja, os agricultores familiares que estão abaixo da reprodução simples só continuarão na atividade se forem mantidas políticas públicas e se conseguirem agregar mais valor a sua produção.

²⁴ Estas iniciativas são oriundas das iniciativas das entidades dos agricultores familiares (STR, COOPAC, CRESOL) apoiadas por políticas públicas municipais, estaduais (através da EMATER) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

²⁵ Segundo Lazzaretti, existem nove agroindústrias familiares em funcionamento e mais alguns grupos de agricultores aguardando a liberação de financiamento.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. Campinas: Hucitec, 1992.
- ABRAMOVAY, Ricardo. Nova Dimensão para as Pequenas Propriedades Rurais. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p. A3, 28 jun 2001. Disponível em: <<http://www.econ.fea.usp.br/>>. Acesso em: 09 jul 2004.
- BRUM, A. J. **Modernização da Agricultura – Trigo e Soja**. Petrópolis: Vozes, 1988.
- BROSE, Markus. **Fortalecendo a Democracia e o Desenvolvimento Local: 103 experiências inovadoras no meio rural gaúcho**. Santa Cruz do Sul/RS: UNISC, 2000.
- BRUMER, Anita. Transformações e Estratégias Produtivas na Produção Familiar na Agricultura Gaúcha. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 6, p. 89-111, 1994.
- BUZANELLO, E. J. et al. Produtores Agrícolas e a Cooperativa: suas Relações e contradições. **Perspectiva Econômica**, São Leopoldo, v. 13, n. 43, p. 21-54, 1984.
- DESER. **Estudo de Sistemas Agrários em Constantina – RS**. Curitiba: DESER, 2002.
- FEE - Fundação de Economia e Estatística - RS <<http://www.fee.tcche.br/>> Acesso em: 14 jul 2004.
- FERRAZ, Osni Giani. **A Sustentabilidade dos Agricultores Familiares de Leite Associados à CLAF nas Dimensões Ambiental, Sociocultural e Institucional**. Porto Alegre: UFRGS/PGDR (Dissertação de Mestrado), 2002.
- GRAZINAO DA SILVA, José. **O que é Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- IBGE. Censo Agropecuário. 1975, 1980, 1995/96. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>> Acesso em: 04 jun 2004.
- IBGE. Censo Demográfico. 1970, 1980, 1991, 2000. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>> Acesso em: 04 jun 2004.
- INCRA. Novo Retrato da Agricultura Familiar – o Brasil Redescoberto. Convênio INCRA/FAO, 2000. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/sade/municipios.asp>> Acesso em: 24 jul 2004.
- KUHN, Daniela Dias. **O Microcrédito como Instrumento de Desenvolvimento Rural no Município de Constantina/RS: a Abordagem Seniana de Desenvolvimento**. Porto Alegre: UFRGS/PGDR (Dissertação de Mestrado), 2004.
- LENIN, Vladimir Ilich. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- PRONAF. Manual de Crédito Rural – 10. 2001. Disponível em: <www.pronaf.gov.br/credito/apresentacao.htm> Acesso em: 23 jul 2004.
- SCHNEIDER, J. O. Problemas do Cooperativismo Agrícola Brasileiro. **Perspectiva Econômica**, São Leopoldo, v. 13, n. 43, p. 09-19, 1984.
- SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura familiar e pluriatividade**. Porto Alegre: UFRGS/PPGS Tese (Doutorado em Sociologia), 1999.
- WILKINSON, John. **O Estado a Agroindústria e a Pequena Produção**. São Paulo: Hucitec, 1986.